

CASA GRANDE & SENZALA

A questão racial e o “colonialismo esclarecido” na França do Pós-Segunda Guerra Mundial*

Cibele Barbosa

Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), Recife, PE, Brasil. E-mail: cibele.barbosa@fundaj.gov.br.

DOI: 10.17666/339609/2018

Introdução

O ano de 1952, quando Lévi-Strauss publicou *Raça e história* e Franz Fanon, seu *Pele negra, máscaras brancas*, é o momento em que se instalou a crise do domínio francês no Marrocos. Na mesma época, o economista Alfred Sauvy cunhou a expressão “Terceiro Mundo”. Em meio a esse cenário, apareceu, pela primeira vez nas livrarias francesas, a tradução do livro *Casa grande & senzala*, do sociólogo Gilberto Freyre.

A mais conhecida obra de Freyre na cena internacional foi publicada tardiamente na França, se a compararmos com as traduções em língua espa-

nhola (1943) e inglesa (1946). No caso francês, recebeu o título *Maîtres et esclaves* (*Senhores e escravos*) e foi inserida na coleção La Croix du Sud, dirigida por Roger Caillois, cujo escopo consistia em divulgar as principais obras latino-americanas.

Com prefácio do historiador Lucien Febvre e tradução de Roger Bastide, *Casa grande & senzala* foi objeto de uma série de resenhas publicadas em revistas de diferentes orientações políticas e intelectuais tais como *Christianisme Sociale*, *Critique*, *Combat*, *Les Lettres Nouvelles* e *Les Temps Modernes*.

As declarações entusiastas de personagens de relevo na cena intelectual francesa são reveladoras da disposição desses leitores em remeter os conteúdos abordados por Freyre às situações políticas e aos debates epistemológicos por eles vivenciados no pós-guerra europeu. Ao discutirem a obra do sociólogo brasileiro, esses intelectuais traziam à tona discussões sobre racismo, assimilação étnica e colonialismo, por exemplo.

* Este artigo é parte modificada de minha tese de doutorado *Le Brésil entre le mythe et l'idéal: la réception de l'œuvre de Gilberto Freyre en France dans l'après-guerre*.

Em linhas gerais, o presente artigo se propõe a observar como os acontecimentos políticos e sociais vivenciados pelos franceses nas décadas de 1940 e 1950 influenciaram as apreciações dos autores à obra de Freyre e de que maneira um trabalho escrito nos anos de 1930 sobre o Brasil pôde moldar-se parcialmente às expectativas desses leitores diante do cenário político e científico da época.

Os trabalhos de Jauss (1994) e Iser (1999) sobre teoria da recepção e os escritos de Pierre Bourdieu sobre as condições sociais da circulação de ideias (Bourdieu, 2002) fornecem alguns instrumentos conceituais para a compreensão da recepção de *Casa grande & senzala* na França. Jauss chama a atenção sobre a importância do estudo das condições históricas e sociais que configuram e influenciam a atitude do receptor do texto. Há, nesse caso, a noção de uma autonomia do leitor diante das intenções do autor, o que corrobora a ideia de que a recepção internacional de uma obra permite leituras e interpretações distintas daquelas desejadas pelo autor, ou mesmo das leituras realizadas no contexto de origem da obra. De acordo com essa lógica, Bourdieu busca discernir o que ele chama de “campo de origem de uma obra” e “campo de acolhida”; os leitores estrangeiros gozam de certa autonomia em relação às pressões sociais do campo de origem. Em outros termos, “a leitura estrangeira pode se outorgar de uma liberdade que não existe na leitura nacional, sujeita aos efeitos de imposição simbólica ou constrangimentos” (*Idem*, p. 2).

Essa liberdade do leitor em relação ao autor ou mesmo ao campo original de produção da obra é a via que nos permite compreender melhor as ressignificações e as releituras operadas pela crítica francesa no tocante a *Casa grande & senzala*.

A distinção citada por Bourdieu pode ser observada na medida em que a obra de Freyre obteve uma crítica favorável da parte da maioria dos comentaristas franceses dos anos de 1950, ao passo que já recebia duras críticas em seu país de origem. Considerada um elogio à colonização portuguesa, foi acusada por diferentes intelectuais, em especial da Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), de mascarar as tensões raciais sob a égide da então chamada “democracia racial”. O termo não foi utilizado inicialmente em *Casa grande*

& senzala, mas a partir dos anos de 1940 foi adotado por Freyre, inicialmente como “democracia étnica”, transformando-se na expressão de referência aos seus trabalhos (Guimarães, 2001). Em meio às críticas que descreditavam metodologicamente a sociologia praticada por Freyre (Sorá, 1998), o autor de *Casa grande & senzala* refugiava-se na recepção favorável que recebia no estrangeiro, em especial a recepção francesa: “Publicado em língua francesa (*Casa grande & senzala*) [...] vem obtendo a melhor compreensão e a crítica mais penetrante a que poderia aspirar um ensaio do seu tipo em qualquer língua” (Freyre, 1957b p. 13).

Com efeito, a distância que separa os franceses dos embates do campo intelectual brasileiro permitiu-lhes estabelecer uma leitura diferenciada de *Casa grande & senzala*, prendendo-se aos aspectos mais direcionados às questões do horizonte de expectativa francófono, como veremos mais adiante, ou mesmo propondo uma leitura mais universalista da obra do sociólogo brasileiro.

O historiador Lucien Febvre, no prefácio à obra de Freyre, afirmou que o objetivo de *Casa grande & senzala* não era a história do Brasil “– do desembarque perigoso de Cabral ao fim da preponderância açucareira –, mas o estudo das relações, bastante complexas, de três grandes massas humanas” (Febvre, 1952, p. 16, tradução nossa¹).

Em uma Europa abatida, cujas feridas provocadas pelos extermínios étnicos ainda não tinham sido de todo cicatrizadas, a imagem positiva da mestiçagem era considerada, por esses intelectuais, um elemento profilático contra a segregação que eclodia nos domínios europeus na África, a exemplo do *apartheid* na África do Sul (1949). Também em solo europeu conflitos interétnicos pululavam em várias regiões, levando à superfície os resquícios da Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, o discurso da mestiçagem revestia-se de um importante peso político, em especial para os intelectuais que compunham o “núcleo duro” da Unesco em seus primeiros anos.

Essa geração empenhou-se, por meio de estudos desenvolvidos ao longo dos anos, em desmistificar, entre outras coisas, a desigualdade entre as raças e a hierarquia de civilizações. Em 1949, foram publicados os *Carnets (Diários)* de Lévy-Bruhl, es-

critos no final dos anos de 1930, nos quais o autor renunciava sua tese sobre a mentalidade primitiva. Ainda em 1949, Lévi-Strauss publicou *Les structures élémentaires de la parenté* (*As estruturas elementares do parentesco*), e em 1951 Michel Leiris lançou *Race et civilisation* (*Raça e civilização*). Nos anos de 1950, a expressão *pluralidade cultural* consolidava-se no meio científico.

As primeiras resenhas são a prova de que a recepção imediata a *Casa grande & senzala* procurou inserir a obra em um debate de caráter universalista. Em uma carta enviada a Freyre, Roger Bastide, então tradutor, informou ao amigo a acolhida do livro pelo público francês. Segundo o sociólogo francês, “eles compreenderam o significado ‘humano’ da obra ao lado do seu valor científico”.²

A agenda humanista dos anos de 1950 via na valorização da mestiçagem um contraponto à eugenia e ao ódio racial, atraindo cada vez mais a atenção de escritores e políticos na Europa. Como afirma Alencastro: “A mistura das populações foi chamada a desempenhar a função de motor da transformação dos indivíduos e das sociedades” (1985, p. 49).

Nesse contexto, os escritos que se remetessem ao caráter híbrido das sociedades, a uma suposta convivência harmônica entre etnias e grupos dos mais diversos matizes, obtinham ecos nos fóruns internacionais, muitos dos quais protagonizados pelas Nações Unidas.

Uma prova desse interesse pela temática da mestiçagem é a publicação da obra póstuma do sociólogo Artur Ramos, intitulada *Le métissage au Brésil* (*A mestiçagem no Brasil*). O livro aparece na França no mesmo ano da tradução de *Casa grande & senzala* e compõe o primeiro volume da coleção *Problèmes d'Écologie Tropicale* (Problemas de Ecologia Tropical), dirigida por Josué de Castro, então presidente do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). A coleção tinha como objetivo esclarecer os leitores europeus sobre a importância do mundo tropical, considerado o “laboratório mais propício à mistura de raças no mundo” (Castro, 2004).

A Unesco, cuja formação nos primeiros anos foi fortemente marcada pela influência francesa (Maurel, 2010), é uma das peças-chave que nos

permite entender melhor a presença e a repercussão da obra de Freyre nos primeiros anos da década de 1950, bem como a rede de sociabilidade construída pelo sociólogo com intelectuais de destaque no meio acadêmico francês – muitos dos quais faziam parte do *staff* das Nações Unidas.

Logo nos primeiros anos subsequentes à Segunda Guerra Mundial, Freyre foi convidado a participar do encontro sobre *Tensions that Cause Wars*, promovido pela Unesco em 1948, no âmbito do projeto Tensions Affecting International Understanding. Para o encontro foram convidados oito representantes de diferentes países encarregados de refletir sobre o tema, entre os quais o sociólogo Georges Gurvitch. Em decorrência dessa reunião, os representantes elaboraram textos que foram publicados em uma obra organizada por Cantril (1950). A escolha do nome de Freyre para fazer parte de um encontro tão exclusivo se deve, entre outras razões, ao fato de o sociólogo brasileiro ocupar a cadeira de deputado federal, posição que lhe permitiu integrar a delegação brasileira na 4ª Conferência da ONU, em 1949.

O autor de *Casa grande & senzala* também se beneficiava da repercussão intelectual de seu mais importante trabalho, que à época já contava com publicações em outros países. Organizador do Primeiro Congresso Afro-Brasileiro nos anos de 1930 e signatário do *Manifesto dos intelectuais brasileiros contra o preconceito racial*, no seu currículo figurava a imagem do intelectual de inspiração boasiana que pregava a ode à mestiçagem como arma anti-eugênica. Ainda em tempos de guerra, Freyre intensificou o seu ingresso no coro de intelectuais tidos à época como “antirracistas” por meio de participações em eventos e colaborações para a imprensa.

Nesse cenário, destaca-se o conjunto de conferências proferidas por Freyre na Universidade de Indiana em 1944. O escopo era apresentar ao público universitário norte-americano um inventário histórico-social do fusionismo étnico no Brasil. No ano seguinte, as conferências transformaram-se na publicação em inglês intitulada *Brazil, an interpretation* (1945). A obra é um resumo das principais teses presentes em *Casa grande & senzala*, citada pelo historiador Frank Tannenbaum como uma de suas influências nos estudos para a conclusão do livro *Sla-*

ve and citizen: the negro in the Americas, de 1946. No mesmo ano em que a obra de Tannenbaum chegava às livrarias, *Casa grande & senzala* era publicada em inglês (*The masters and the slaves*) e *Brazil, an interpretation* recebia sua segunda edição.

Essa repercussão nos Estados Unidos – vale ressaltar que Freyre foi tema de uma pequena biografia publicada em Nova York, de autoria do historiador Lewis Hanke (1939) –, somada à sua participação nos fóruns promovidos pela Unesco, foi essencial na difusão das suas ideias no lado europeu do Atlântico. A título de exemplo, durante o final dos anos de 1940 e boa parte da década seguinte, além da sua participação no Project Tensions, Freyre foi convidado por Alfred Métraux a participar do Projeto Unesco de Relações Raciais, no qual teve uma atuação coadjuvante (Maio, 1999). Nos anos subsequentes, Freyre foi convidado para diferentes atividades, desde escrever um relatório para a ONU sobre o *apartheid* na África do Sul (Dávila, 2010), até avaliar as políticas de assistência social voltadas para as crianças mestiças na Alemanha a convite do governo germânico (Freyre, 1958).

Com essa bagagem institucional, os escritos do sociólogo brasileiro se enquadravam nas expectativas de boa parte dos intelectuais estrangeiros integrantes da cúpula da Unesco. Da mesma forma, atendia às políticas de cunho assimilacionista encaçadas por países como Portugal e França, como veremos mais adiante. Desse modo, no final dos anos de 1940 e início dos anos de 1950, as atenções de parte considerável de atores políticos e científicos estavam voltadas para as soluções que resolvessem os impasses coloniais de forma pacífica, sem rupturas radicais.

O reformismo desses intelectuais valorizava iniciativas que estimulassem políticas assimilatórias dos nativos, a igualdade de direitos e a crítica ao etnocentrismo europeu. Para eles, fazia-se necessária uma virada crítica do modelo colonial, de modo a valorizar a mestiçagem e a tolerância.

O discurso da mestiçagem como apanágio do combate ao racismo é revelador de uma demanda do Velho Mundo por experiências exemplares que pudessem nortear as relações étnicas. Os escritos de Freyre dos anos de 1930 adquiriam, assim, um novo fôlego, vinte anos após a sua publicação ori-

ginal, interagindo em um momento quando boa parte da comunidade científica buscava refutar as teses de pureza e hierarquia racial.

Tal aspecto nos permite uma compreensão mais apurada do conjunto de referências epistemológicas, políticas e até afetivas que informaram os intérpretes e comentadores de Freyre, conduzindo-os a tecerem escolhas e recortes na obra do autor que muitas vezes eram incompreendidos ou não compactuavam com a crítica brasileira dos anos de 1950.

A recepção e os dilemas do colonialismo francês

Um exemplo no caso da recepção francesa é o prefácio escrito pelo historiador Lucien Febvre à tradução de *Casa grande & senzala*. No texto, Febvre convida o leitor a observar, na obra de Freyre, uma esperança para aqueles que, “temerosos pelo futuro do mundo, dirigem seus olhos em uma busca angustiada em direção a essas imensas terras sul-americanas” (Febvre, 1952, p. 18). Nesse cenário, a América do Sul tornava-se um “campo privilegiado de estudos” (Febvre, 1929), sob a restauração de um olhar edênico europeu. Em meio a uma Europa em crise, o outro lado do oceano aparentava reservar uma esperança, um alento ou mesmo um exemplo a ser seguido. O quadro desenhado por Freyre em sua obra, o de uma história bem-sucedida do *melting pot*, contraponto ao ódio racial, apontava elementos que, no calor da crise colonial, serviam como inspiração para opiniões de alguns intelectuais acerca de questões internas vivenciadas naquele período pela Europa e, em particular, pela França.

Em um artigo publicado na revista *Population*, em 1953, o sociólogo Jean Séguy afirmou que a miscigenação e seus mecanismos descritos por Freyre “nos explicam (a nós franceses) como esse país escapou da segregação e seus problemas” (1953, p. 806). Partindo dessa declaração, o retrato histórico do Brasil apresentado em *Casa grande & senzala* nos anos de 1930 era reativado como exemplo de uma sociedade advinda de um sistema colonial sem, no entanto, ser segregacionista. No mesmo ano, Jean Piel, em um artigo publicado na revista *Critique*, descrevia o Brasil como “uma das raras civilizações mistas, da qual nós podemos ob-

servar a gênese recente e de que de forma alguma se desenvolveu – como é o caso da maioria das experiências modernas de colonização – no sentido de uma pura europeização” (1953, p. 159).

Para Piel, a experiência colonial vivida pelo Brasil séculos antes se tornara um modelo para reflexão acerca da situação colonial na década de 1950. Com efeito, para certos antropólogos e sociólogos, era necessário fornecer instrumentos teóricos para estabelecer, como se observa nas palavras de Jules Chaix-Ruy, “uma intervenção inteligente nos pontos nevralgicos de maneira a modificar a situação colonial e, a despeito de fusão, conduzir a uma melhor compreensão recíproca, criar um outro clima” (Chaix-Ruy, 1960 *apud* Margarido, 1974, p. 298).

Na esteira das críticas ao eurocentrismo e ao conceito de raça, repensar o modelo colonial tornava-se uma via discursiva para evitar as tensões coloniais e manter a estabilidade nos territórios da União Francesa. Frantz Fanon, em sua obra *Os Condenados da Terra* (*Les damnés de la terre*) oferece-nos uma interpretação do tratamento dado à questão colonial pelos intelectuais franceses nos anos de 1950. Muitos deles acreditaram que “estabelecer uma série de textos e de jogos projetivos suscetíveis de canalizar os instintos globais do *indigène*³ poderia ter, em 1955-1956, parado a revolução no Aurès” (Fanon, 1961 *apud* Margarido, 1974, p. 298). Lembrando que a região do Aurès foi o coração da Guerra da Argélia.

Se levarmos em consideração as observações de Fanon, podemos deduzir que, entre esses textos “humanistas” que poderiam refrear os ímpetus revolucionários, a tradução de *Casa grande & senzala* se torna uma das opções editoriais bem-vindas. Nos anos de 1970, Alfredo Margarido já destacava que a tradução francesa da obra de Freyre se inscrevia no “quadro de instrumentos teóricos para remediar o desabamento do sistema colonial” (*Idem*, p. 298).

Entre as resenhas e os comentários escritos sobre a obra de Freyre, foi o prefácio de Lucien Febvre o texto que melhor conectou *Casa grande & senzala* a um contexto de expectativas políticas vivenciadas na França, explorando as questões que poderiam ser aproveitadas para uma reflexão sobre o caso europeu:

O livro de Gilberto Freyre [...] é nobre de inspiração e corajoso em tudo o que concerne ao racismo, à sexualidade, à escravidão – o que não é exclusivamente por essas razões, por mais excelentes que sejam, que é bom de colocá-lo à mão dos franceses [...]. É porque ele põe à sua maneira, em seu setor, o grosso dos problemas que se dirigem em 1952 aos portadores da velha civilização europeia [...]. Em toda parte, veem se revoltar contra eles estes povos de cor (Febvre, 1952, p. 18).

As palavras do fundador da revista dos *Annales* são testemunhas da sua inquietude diante das revoltas anticoloniais que despontavam no horizonte e a consequente “sorte da civilização branca na África” (Febvre, 1952, p. 18). O temor expresso pelo historiador conserva, ao mesmo tempo, as reminiscências de um passado recente no qual ele era um dos apoiadores entusiastas da empresa colonial europeia (Paligot, 2009). Nos artigos e resenhas publicados nos anos de 1930, Febvre exaltava o “esforço colonial das potências modernas, a grandeza da colonização argelina” (*Idem*, pp. 123-124) bem como a “superioridade material dos ocidentais diante dos não ocidentais” (Febvre, 1940, p. 173).

Durante os primeiros sinais de ruptura política das colônias, Lucien Febvre considera o livro de Gilberto Freyre como uma “lição” diante desse cenário de crise. Para o historiador francês, o princípio de uma hierarquia de civilizações e a falta de interação e diálogo provocaram o fracasso do projeto colonial do mesmo modo como ocorreu no século XVI no Brasil, quando o projeto dos missionários brasileiros de “inculcar nos homens de cor [...] o respeito escrupuloso das virtudes essenciais e das instituições fundamentais” também fracassou (Febvre, 1952, p. 20).

Baseando-se nesse princípio, Febvre procurou avaliar os erros do sistema colonial para melhor compreender a sua crise. Preocupado diante dos “ventos da descolonização” que chegavam das possessões asiáticas e africanas (Liauzu, 2007), o historiador francês incorpora uma postura crítica ao etnocentrismo. Nesse sentido, Febvre adota a visão reformista francesa que criticava o *modus operandi* do sistema colonial de forma a repensá-lo sobre novas bases.

As palavras do escritor André Rousseau no *Figaro Littéraire* reforçam a leitura da obra freyriana sob o prisma do humanismo conservador do pós-Segunda Guerra Mundial:

Este livro não é somente importante porque nos faz aprender e compreender. Não se deve considerá-lo uma revelação de um mundo distante, próprio a excitar a curiosidade dos belos espíritos pelas coisas de um outro hemisfério e de um outro continente. Essa gênese prodigiosa de um povo nos remete a algumas pretensões doutorais da mãe Europa, primeiro porque a mistura de sangues engendrou a mistura das civilizações, e não somente seus corpos, mas suas almas [...]. Se constituíssemos a biblioteca de um humanismo novo, o livro do sr. Gilberto Freyre teria seu lugar emblemático, com uma juventude triunfal (Rousseau, 1953).

Poderíamos, assim, definir esse período, como uma espécie de *colonialismo esclarecido*, fazendo alusão à expressão *despotismo esclarecido* (Bluche, 1969), ou *colonialismo reformista*. Nesse colonialismo reconfigurado do pós-Segunda Guerra, boa parte dos intelectuais, embora procurassem exercer uma crítica sistemática às teorias de pureza racial e cultural, não eram hostis à presença europeia nos territórios coloniais. Ao contrário, buscavam utilizar o discurso intelectual da mestiçagem como meio de suavizar as tensões étnicas na esfera colonial. A própria Unesco guardava contradições em sua marca de origem, tendo em vista que os países envolvidos no programa das Nações Unidas, tais como a França e a Grã-Bretanha, eram potências coloniais.

Lucien Febvre sintetiza bem essa contradição. Embora entusiasta da “civilização mestiça”, descrita por Freyre em *Casa grande & senzala*, não era um defensor da descolonização. Em geral, muitos desses intelectuais buscavam na apologia da mestiçagem uma base para a sustentação do edifício colonial, dessa vez sob um critério humanista e assimilatório.

Para que se compreenda melhor a coexistência de um discurso antirracista em meio a potências coloniais como a França, é necessário observar que, no imediato pós-guerra, o combate ao sistema colonial não era consenso ou sequer ocupava um espaço

preponderante nos debates franceses. Para uma parte considerável da opinião pública ocidental ainda afetada pela guerra, a existência de novos conflitos não era bem acolhida. Como afirma Claude Liauzu, “o movimento anticolonialista tomou corpo lentamente e encontrou na cultura republicana reticências profundas” (Liauzu, 2007, p. 135). Sob a atmosfera dos julgamentos de Nuremberg, boa parte das preocupações dos intelectuais estava voltada para soluções sem rupturas e para políticas de cunho assimilatório. Com o intuito de frear os apelos autonomistas vindos das colônias e responder às críticas norte-americanas, as metrópoles europeias adotaram medidas, como a revogação das leis coloniais e a criação de propostas federativas, a exemplo da União Francesa e da União Nacional Portuguesa.

A Conferência de Brazzaville, no início de 1944, é um exemplo desse colonialismo reformista. Os objetivos evocados nesse encontro se resumiram ao combate aos abusos da exploração colonial, com vistas a oferecer um novo *status* jurídico aos representantes das colônias e estabelecer uma política de crescimento econômico e melhorias dos serviços sociais.

A carta de fundação das Nações Unidas também deliberava sobre o avanço gradual dos territórios “não autônomos”. Essa frágil arquitetura da União Francesa, a qual tentava equilibrar fórmulas assimilacionistas com aspirações autonomistas, viu-se abalada por uma série de crises, como a de Madagascar, a do Marrocos e, sobretudo, a Guerra da Indochina, que desestabilizou definitivamente o império colonial francês.

Essas ambiguidades revelam a complexidade da recepção da obra de Freyre e os diferentes usos da “mestiçagem” como discurso de manutenção de um projeto colonialista na França (Dubreil, 2011). A imagem do Brasil “país do futuro”, ou “laboratório de assimilação de raças”, foi acolhida por uma parte de leitores franceses que viam na obra de Freyre uma “voz” do hemisfério austral que se insurgia contra o preconceito racial sem, no entanto, ser anticolonialista.

A crítica de Guerreiro Ramos na revista *Arguments*

Outro exemplo da recepção em torno da obra de Freyre nesses tempos de impasses coloniais foi o

debate ocorrido nas páginas da revista *Arguments*. Fundado por ex-integrantes do partido comunista francês, o periódico apresentava, no seu quadro de editores, intelectuais como Edgar Morin, Jean Duvignaud e Roland Barthes este último, alguns anos antes, havia escrito uma crítica elogiosa a *Casa grande & senzala* (Barthes, 1953).

A polêmica sobre Freyre instalou-se a partir do artigo “À propos de Gilberto Freyre” (“A propósito de Gilberto Freyre”), publicado no primeiro número da revista *Arguments*, em 1957. De autoria do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, o qual havia realizado, pouco tempo antes, uma série de conferências na França, o artigo resumia um conjunto de críticas que circulavam no interior do meio acadêmico brasileiro a respeito da obra de Freyre. Defensor de uma sistematização e atualização das teorias sociológicas cêntricas aplicadas ao contexto brasileiro (Lynch, 2015), Ramos apontava as “insuficiências metodológicas” dos escritos freyrianos na abordagem da questão racial.

Para Ramos, o impressionismo do autor de *Casa grande & senzala* era uma “fumisteria” desprovida de qualquer rigor científico. O olhar de Freyre era o de um esteta: “Para ele (Freyre), o negro não é mais que um tema etnográfico curioso” (Ramos, 1956, p. 24). Ao defender a integração e a ascensão social da população negra, o autor do ensaio *Patologia social do branco brasileiro* (1955) via com desconfiança os estudos acerca das “sobrevivências africanas” valorizadas por sociólogos de inspiração antropológica (Maio, 1997). Da mesma forma, é notória, ao longo do artigo, a referência ao debate sobre a cientificidade das ciências sociais. Como defensor de uma sociologia científica, Ramos imputava a Freyre o rótulo de *esteta*, descreditando sua “sociologia”. Em alguns trechos, a crítica é veemente: “Hoje em dia nossos meios científicos de vanguarda são sensíveis a dois elementos que diminuem singularmente a obra de Freyre: o impressionismo e o estetismo” (Ramos, 1956, p. 23). E mais adiante asseverava: “No Brasil de hoje, ele (Freyre) encarna o tipo de pseudo-cientista, de intelectual a serviço das ideologias camufladas de ciência – como a antropologia cultural – que chegam aqui com timbre de universidades europeias ou norte-americanas” (*Idem*, p. 25).

O debate já discorria há alguns anos no Brasil. Na introdução à sua *Sociologia*, Freyre respondia aos críticos: “Desde já confessamos que nos inclinamos a considerar com alguma originalidade e maior audácia a sociologia uma ciência mista, híbrida ou anfíbia, em parte natural, em parte cultural; e não simples e ou definitivamente a ciência natural que alguns sociólogos mais ousados pretendem já estabelecida” (1957b, p. 56).

Embora o debate não fosse novo no Brasil, o descrédito que Guerreiro Ramos atribuía ao impressionismo e ao culturalismo freyrianos não agradou a Jean Duvignaud, cujos estudos relacionados com a literatura e a sociologia do teatro iam na contramão da crítica do autor do artigo. Era notório que Duvignaud carregava uma simpatia pelos escritos de Freyre herdada de Georges Gurvitch, de quem era assistente na disciplina de sociologia. É importante lembrar que Gurvitch, amigo de Freyre, foi um dos articuladores da tradução e da promoção de sua obra na França.⁴

O descontentamento de Duvignaud quanto às críticas de Ramos foi revelado no segundo número do periódico, quando este escreveu uma resposta intitulada “Encore Gilberto Freyre” (“Ainda Gilberto Freyre”) (Duvignaud, 1957). Já nas primeiras linhas, o editor da revista declarou que o texto de Ramos era insuficiente e injusto, pois misturava o pensamento de Freyre dos anos de 1930 com a doutrina lusotropicalista. Em seguida, enumerou as qualidades de *Casa grande & senzala*, destacando o fato de Ramos não as reconhecer.

No mesmo número, Edgar Morin escreveu uma nota sobre a polêmica. A princípio, o filósofo questiona se a crítica de Duvignaud a Ramos não teria sido injusta; em seguida, tenta justificar as palavras duras do colega. “Na França, a obra de Freyre aporta um sangue novo”,⁵ afirmava sem, no entanto, deixar de reconhecer que o pensamento freyriano fazia parte de uma tradição que conflitava com as explicações “propriamente sociológicas ou marxistas” (*Idem*, p. 31). Nas últimas linhas, fez questão de destacar que a própria crítica de Ramos ao “pensamento branco” de Freyre não deixa de seguir um esquema também “ocidental”, portanto “branco” de pensamento. Esse mesmo argumento foi lembrado por Duvignaud décadas depois, quando afirmou que:

Quando com Edgar Morin e Roland Barthes, começamos a publicar *Arguments*, desde o primeiro número dessa revista Alberto Guerreiro Ramos nos dá um artigo bastante veemente contra *Casa grande & senzala*. A revista era consagrada, quando não ao pensamento de Marx, ao menos a crítica à redução ideológica que víamos na União Soviética e frequentemente na França: Ramos dava o exemplo do contrário, aplicando ao Brasil as normas de uma teoria mecânica de classes – conceito ocidental, se for (2000, p. 76).

Os comentários de ambos refletem, em grande parte, o espírito da revista *Arguments*, que desde a sua fundação não apresentava uma linha de pensamento específica ou constituição de uma escola (Delannoi, 1984, p. 132). Encabeçada por marxistas heterodoxos, a revista cultivava a experimentação e era avessa aos dogmatismos teóricos e científicos. Nesse sentido, o interesse pela obra de Freyre residia exatamente na recusa dele a se prender a um método ou a uma escola de pensamento.

Em seu texto, Edgar Morin – que na época havia sido expulso do Partido Comunista Francês (PCF) por apoiar a descolonização – não fez menção à crítica de Ramos ao pensamento lusotropicalista. Enquanto o sociólogo brasileiro denunciava o lusotropicalismo de ser uma apologia “do colonizador português” (Ramos, 1956, p. 24), para Duvignaud, a doutrina lusotropical era “mais fútil que perigosa” (Duvignaud, 1957, p. 31).

É interessante observar que tanto Duvignaud quanto Morin desviam a atenção dada à veiculação de Freyre ao colonialismo dos anos de 1950 para valorizar o discurso da mestiçagem presente em suas obras iniciais. O peso político do discurso da mistura étnica pode ser observado na introdução de Duvignaud à versão francesa da obra *Nordeste (Terres du sucre)*:

Uma polêmica surge no primeiro número da revista *Arguments*: G. Ramos, escritor brasileiro negro, contestava a representação de um Nordeste colonial idílico em nome da negritude. Como não lhe responder que a mestiçagem física e intelectual tem mais força que a segregação? (1992, p. 8).

A mestiçagem defendida por Freyre adquiriria dois pesos de importância para Duvignaud: de um lado, no sentido biológico, a miscigenação, o encontro de raças que se contrapunha à segregação; de outro, uma espécie de fusão intelectual que também podia ser atribuída a Freyre pelo fato de ele não se prender a uma teoria ou corrente intelectual específica, preferindo mesclar diversas orientações em seus trabalhos. O autor de *Casa grande & senzala* fazia questão de associar essa mescla metodológica e racial aos seus discursos e seus escritos.

Para Duvignaud, o exemplo brasileiro inserido em uma problemática global representava um contraponto ao *apartheid* e ao segregacionismo norte-americano. O editor da revista *Arguments* experienciava um tempo no qual a miscigenação e a mestiçagem sofriam duros golpes, especialmente na África do Sul, onde eram proibidos casamentos interétnicos (Immorality Amendment Act). Em 1956, a mistura étnica estava proibida, por exemplo, nos sindicatos sul-africanos (Industrial Conciliation Act). Diante dessas notícias do *apartheid* que chegavam na França, as ideias de Freyre sobre a civilização mestiça adquiriam maior importância política para alguns intelectuais, desviando o interesse pelas contradições presentes em seus escritos, conforme apontadas por Ramos.

A ode à mestiçagem e o modelo colonial português

O discurso da mestiçagem, naqueles primeiros anos da década de 1950, era tão importante na ONU que, durante a Conferência Geral de 1950, o Brasil foi eleito local privilegiado para sediar uma série de estudos sobre as condições favoráveis ou desfavoráveis às boas relações raciais no país (Guimarães, 2007). Afinal, naquele momento circulava uma série de informações que projetava o Brasil como o país mais representativo do ideal bem-sucedido de mestiçagem, sendo Freyre um dos principais porta-vozes dessa imagem. Por meio de pesquisas empíricas, a ideia era conferir se, de fato, tal discurso se sustentava (Maio, 1999).

A palavra *mestiçagem* estava na ordem do dia, e seu discurso foi até mesmo agenciado pelo gover-

no português como propaganda para se creditar a tomar assento nas Nações Unidas, fato que só ocorreu em 1955. Quando, em 1951, o governo português, no âmbito do colonialismo reformista – ou *esclarecido*, como aqui o denominamos –, extinguiu o Acto Colonial,⁶ Freyre foi convidado pelo então ministro das Relações Exteriores lusitano para fazer uma viagem de sete meses (de agosto de 1951 a fevereiro de 1952) nos territórios africanos sob tutela portuguesa. A proposta consistia em Freyre verificar *in loco* a tese de uma identidade comum a partir de práticas de sociabilidade similares que poderiam ser encontradas nos territórios colonizados por Portugal.

Com seus escritos, o sociólogo brasileiro forneceria uma contribuição à reivindicação do governo português de ocupar um lugar na ONU e de ser aceito pela comunidade estrangeira sobretudo porque mantinha uma circulação em fóruns internacionais e gozava de boa receptividade no meio intelectual europeu, em especial o francês. Como exemplo, em 1953, um ano após a publicação em língua francesa de *Casa grande & senzala*, Freyre foi convidado a proferir uma palestra no então Instituto Francês da África Negra (Ifan).⁷ Durante sua exposição, Freyre abordou o exemplo da “fusão de raças bem-sucedida” do Brasil e o papel da colonização portuguesa nesse processo.

Em seus textos, o autor de *Aventura e rotina* – livro resultante das suas visitas à África portuguesa – procurava operar uma distinção entre um modelo de colonização portuguesa e os demais modelos europeus, em especial o belga e o inglês. Para Freyre, Portugal seria o exemplo a ser seguido por outras potências colonialistas. Nesse sentido, o sociólogo brasileiro afirmava que todas as modificações realizadas pelas administrações coloniais que tinham como meta melhorar o tratamento das colônias ou mesmo promover aos seus habitantes um equilíbrio de direitos tinham como fonte de inspiração a ação dos portugueses nos trópicos. Com base nesse discurso, o Estado português abraçou o lusotropicalismo e ampliou sua incorporação, na medida em que se intensificaram as lutas de libertação das colônias (Castelo, 2011).

No referido relatório ao Ifan, Freyre endossava e aprovava essas medidas. Aliás, medidas refor-

mistas tornaram-se frequentes nos anos pós-guerra como forma de atender às determinações das Nações Unidas e “estabilizar” as tensões em territórios africanos e asiáticos (*Idem*).

Não é por acaso que, após essa exposição no Instituto Francês, Freyre foi indicado, durante a Conferência Geral da ONU em 1954, para realizar um estudo sobre a situação racial na então União Sul-Africana, apresentando um relatório que foi publicado no mesmo ano com o título *Eliminação de conflitos e tensões entre as raças*. Como afirma Dávila, Freyre procurou contextualizar o *apartheid* inserido em um mundo atlântico onde se dividiam conceitos de colonização distintos, representados pelo modelo saxônico e holandês e pelo modelo ibérico (Dávila, 2010, p. 136).

Com base nesse discurso, Freyre passou a ser um observador atento ao que considerava serem os diferentes tipos de colonialismo. Em um encontro promovido pelo Instituto Internacional de Civilizações Diferentes (Incidi), antigo Instituto Colonial Internacional, com sede em Bruxelas, o autor de *Casa grande & senzala* comentou os trabalhos de J. Braush e Luis Milliot, respectivamente sobre o Congo Belga e a Argélia. Nas suas análises sobre o texto de Milliot e a política colonial francesa em território argelino, Freyre destacou:

[...] as populações muçulmanas aí conservaram a maior parte de seus valores culturais e, em uma larga medida, sua pureza étnica, ao passo que as melhorias técnicas trazidas pela administração francesa beneficiaram tanto os grupos muçulmanos quanto os grupos cristãos. Talvez a situação atual da Argélia nos ofereça em matéria de pluralismo étnico e cultural o exemplo de uma experiência sociológica mais favorável à diversidade e pouco à unidade⁸ (Freyre, 1957a).

O evento ocorreu no mesmo ano em que foi deflagrada a Batalha de Argel, em janeiro de 1957, na qual as tropas francesas lançaram forte ofensiva à população civil árabe a fim de eliminar os focos de resistência do Front de Libertação Nacional (FNL). Ao falar da política colonial francesa, Freyre lembrou que, apesar de terem modernizado economicamente a

Argélia, os franceses falharam em adotar uma política que garantisse uma “unidade”, uma assimilação da população *indigène*, nativa. Essa é uma linha de pensamento que Freyre fazia questão de pregar desde os anos de 1930, no Brasil, a qual repudiava todo tipo de expressão de “pureza étnica ou cultural”. No pensamento freyriano, a mistura e a assimilação das diferenças eram a base de seu conceito de unidade nacional, de *ethos* mestiço. Curiosamente, uma das razões apontadas pelo autor para explicar uma suposta tolerância e abertura do português à miscigenação se dá pela influência da cultura muçulmana na formação social ibérica e a influência do modo de escravidão familiar árabe em contraposição ao modelo escravagista de base mercantil dos europeus. (Freyre, 1952, p. 200).⁹

Em linhas gerais, a fórmula “mestiçagem e assimilação” aparecia como solução para as tensões intercomunitárias e inter-raciais. Em um artigo publicado em *O Cruzeiro* sobre a reunião ocorrida no Incidi, Freyre comentou:

O que ficou evidente nesta reunião [...] foi a necessidade, nas relações de brancos com população de cor, de europeus com não-europeus, de ir-se além da concessão aos não-europeus, em áreas ainda marcadas pela presença europeia, de direitos civis e políticos. Em outras palavras: a conveniência de ir-se quanto possível – como os portugueses já têm ido – à própria fusão étnica, além da cultural (Freyre, 1958).

Para o autor de *Casa grande & senzala*, a fusão étnica e a mestiçagem cultural seriam a saída para a manutenção da estabilidade nos territórios coloniais. Em outras palavras, o discurso da mestiçagem era uma estratégia para inibir a formação e o fortalecimento de coletivos políticos de base étnica, os quais poderiam se contrapor aos interesses de manutenção da unidade colonial e ameaçar a sua permanência. Desse modo, Freyre, em seus textos, mandava o recado aos europeus de que não basta modernizar o edifício colonial. Era necessário ir além, seguir o caminho que Portugal estava trilhando.

A história colonial portuguesa na África mostra que o discurso de Freyre, de uma miscibilidade e uma capacidade de assimilação presentes no *ethos* lusitano, não condizia com a realidade que se apre-

sentava nos territórios africanos dominados. Historicamente, desde os primeiros decretos aplicados pelo governo português em Angola na primeira metade do século XX, o *indígena*, ou o nativo, para aceder ao *status* de assimilado deveria saber ler e escrever em português, renunciar à vida tribal, a falar a sua língua e a coabitar com seus parentes. Em 1940, apenas 5% da população era assimilada (M’Bokolo, 1985, p. 193). Em 1960, Angola não contava com mais de 1% de mestiços (Alencastro, 1985, p. 59).

No caso francês, em 1958, ano em que De Gaulle assumiu o poder, Freyre participou da reunião do Instituto Internacional Léopold Sedar Senghor. O objetivo do encontro era promover uma discussão sobre a necessidade de estender os direitos políticos e cívicos aos nativos das colônias para fazer frente ao que Freyre chamou de “movimentos antieuropeus na África” (Freyre, 1958). Para o sociólogo, a solução consistia em um sistema federalista que abriria aos povos africanos a possibilidade de se ligarem aos povos europeus. Nesse aspecto, cita mais uma vez o exemplo português, julgando inadequada a terminologia “comunidade lusitana” ou “lusobrasileira”, preferindo o conceito de “comunidade lusotropical”, que incluiria a presença de Angola, de Moçambique e da Índia portuguesa. O colonialismo reformista de Freyre apontava críticas ao modelo português, não em prol de sua extinção, mas de mudanças progressivas que culminassem em uma “federação lusotropical”.

Por essa razão, alguns anos antes, ao ser questionado por um separatista angolano, durante sua viagem à África, se aquele não era o momento de Angola se tornar independente de Portugal, tal como ocorrera com o Brasil em 1822, Freyre respondeu que não, pois o momento era mais propício para o Brasil se aproximar de Portugal: “É que o mundo atual é um mundo de culturas que se articulam ou se rearticulam em blocos transnacionais, mais que um mundo de sub-nações onde a sorte será de serem vassalos de grandes Estados” (1953, p. 493). Essa passagem de *Aventura e rotina* consterna Guerreiro Ramos, que a cita em seu artigo na revista *Arguments* com o seguinte comentário irônico: “Que heresias antropológicas estão em vias de cometer os povos de Bandoeng!” (Ramos, 1956, p. 25). É importante ressaltar que o artigo de Ramos,

em 1956, é publicado um ano após a Conferência de Bandung, na Indonésia, que reuniu 26 países asiáticos e africanos, sendo considerada um marco em meio às lutas anticolonialistas.

Para Freyre, as independências não tornavam as recém-criadas nações africanas imunes a outros tipos de imperialismo. Em tempos de Guerra Fria, era preferível estar sob a tutela de uma comunidade lusotropical, na qual o Brasil, herdeiro do *ethos* lusitano, seria um *leader* do que estar sob a influência da União Soviética ou dos Estados Unidos (Enders, 1997). Roger Bastide, em seu *Brésil, terre de contrastes*, publicado em 1957, entusiasmava-se a princípio com essa ideia ao apresentar o Brasil aos leitores franceses como um fôlego novo entre “o mundo anglo-saxônico de um lado, e o mundo dos eslavos do outro”:

Nesta federação, o Brasil, sem nenhuma dúvida, ocuparia uma posição inteiramente privilegiada: em primeiro lugar, devido à sua população de cor, que formaria a transição necessária entre o Portugal branco e o Portugal africano; e também, devido à proximidade relativa entre o Brasil e a colônia portuguesa de Angola. [...] Talvez podemos considerar o último livro de Gilberto Freyre, *Aventura e rotina*, como o primeiro manifesto desse sonho (1957, p. 249).

Por outro lado, um ano antes, em 1956, Bastide participa da organização de um colóquio em homenagem a Freyre no Castelo de Cerisy, também na França. Na apresentação do colóquio, o autor de *Brasil, terra de contrastes* faz uma provocação sutil acerca da tese lusotropical de Freyre:

Que pensar da solução “luso-tropical” ao problema de raças da qual Gilberto Freyre é defensor? A interpenetração de civilizações é uma prova de uma ausência de preconceitos? O paternalismo afetivo dos portugueses não poderia se tornar uma solução racista ao problema da exploração de uma raça por outra no lugar de ser uma solução de amor? (Bastide *apud* Lemaire, 2006, p. 85).

O evento teve, entre os organizadores, Georges Gurtvitch e Fernand Braudel, além da par-

ticipação de Mário Pinto de Andrade, intelectual angolano que, anos depois, se tornaria presidente do Movimento de Libertação de Angola (MPLA). Em 1956, quando estudava em Paris, Andrade participou do Congresso de Escritores e Artistas Negros, organizado por Alioune Dioup, que também criou a revista *Présence Africaine*. O estudante angolano foi redator deste periódico em seus anos iniciais, no qual publicou um artigo que é considerado a primeira crítica de um africano ao lusotropicalismo (Fele, 1955).

Com o título “Qu’est ce le luso-tropicalisme?” (“O que é o lusotropicalismo?”) e escrevendo com o pseudônimo de Buanga Fele, Mário Pinto de Andrade desconstrói a ideia, defendida por Freyre, de uma suposta propensão natural do português à mistura racial. Em linhas gerais, o intelectual angolano refuta a tese de que a colonização lusitana na África favoreceu uma mestiçagem semelhante à que ocorreu no Brasil em séculos anteriores. Assim como Guerreiro Ramos, Andrade criticava a fragilidade da sociologia de Freyre por esta desconsiderar os aspectos econômicos e políticos do sistema colonial.

Para o redator da revista *Présence Africaine*, o lusotropicalismo era um idealismo cultural, uma mistificação que mascarava a exploração colonial existente nas colônias portuguesas:

Que participação harmoniosa e cordial a este idealismo, a esta mistificação, pode existir na África sob dominação portuguesa, onde as culturas indigênes são destruídas sistematicamente por uma feroz política de assimilação? Os homens são destribalizados, populações inteiras reduzidas ao trabalho forçado (*Idem*, p. 29).

Andrade vai além ao mostrar o equívoco da tese de Freyre acerca da predisposição do português à mestiçagem. Para tanto, recorre às estatísticas para mostrar que em Moçambique, por exemplo, de uma população de pouco mais de 5 milhões de pessoas, apenas 25 mil eram mestiços (*Idem*, p. 25). Freyre responde a essas críticas em um artigo escrito uma década depois, afirmando que os argumentos numéricos sobre a mestiçagem em Angola e em Moçambique seriam “simplismos estatísticos”, pois

não levariam em consideração os “mestiços culturais” (Freyre, 1966, p. 31). É interessante observar que o próprio Freyre, embora relutante, não mais insiste na propensão do português à miscigenação (fator biológico) preferindo se ater ao campo do hibridismo cultural. Nesse sentido, colocava os “negros em puro estado tribal” como à parte dessas áreas lusotropicalizadas. Vale ressaltar, porém, que em Moçambique, apenas 4.349 negros eram considerados “assimilados” (Fele, 1955, p. 25).

Freyre teve acesso *in loco* a situações que contestavam suas teorias lusotropicalizadas. Antes mesmo de embarcar para a África em uma viagem oficial patrocinada pelo governo salazarista, o sociólogo pernambucano teve um encontro com um grupo de estudantes angolanos, “gente simpática, ainda que um tanto contraditória no que diz de Angola” (Freyre, 1953, p. 38). Um dos estudantes cobrava uma política assimilatória enquanto outro defendia que os grupos autóctones não deveriam sofrer intervenção portuguesa. Freyre não estava seguro quanto à resposta a esses questionamentos, preferindo conferir pessoalmente quando estivesse no continente africano.

Ao narrar as impressões desse encontro, o autor de *Aventura e rotina* considerava que, embora os estudantes dissessem verdades, apresentavam verdades “bicudas”. Para Freyre, só “as verdades arredondadas se harmonizam” (*Idem, ibidem*). O tom questionador, “bicudo”, dos estudantes não parecia uma posição interessante para alguém que iria à África observar a dominação lusitana. Mário Pinto de Andrade narra esse episódio com detalhes em seu artigo (Fele, 1955). Em seu comentário sobre o encontro com Freyre, revela que os estudantes trataram de temas como mão de obra e ensino em Angola, apresentando alguns documentos que ilustravam a precária situação angolana. No entanto, o grupo percebeu que essas informações não eram convenientes para Freyre. Sobre esse episódio, Andrade concluiu: “a impressão que os estudantes extraíram da atitude de Freyre é que essas realidades viriam a balançar seu esquema luso-tropical” (*Idem, p. 31*).

Apesar das críticas ao lusotropicalismo, o que se observa, via de regra, é que a apologia ao colonialismo português não abalou diretamente o prestígio de Freyre nos fóruns internacionais, ao menos nos

primeiros anos do pós-Segunda Guerra Mundial, ou mais especificamente até o acirramento da luta pela descolonização dos países africanos, como bem denota a sua participação nos fóruns promovidos pelas Nações Unidas.

No caso particular da Unesco, os países mais proeminentes dessa organização da ONU eram potências coloniais, a exemplo da França e da Grã-Bretanha. Essa contradição de origem é característica de uma instituição que tentava realizar ações educativas e normativas de luta contra o racismo sem, no entanto, criticar frontalmente a política colonial de seus principais Estados-membros (Mauriel, 2010). De maneira análoga, as teses lusotropicalizadas de Freyre desfrutavam desse cenário ambíguo.

Considerações finais

Apesar de o período do pós-Segunda Guerra Mundial ter acelerado o “crepúsculo da colonização”, para usarmos a expressão de Elikia M’Bokolo (2011, p. 427), a ideia de independência das colônias encontrava fortes reticências e fomentava indecisões e debates nas sociedades europeias. Esse impasse é notório ao observarmos as posturas de intelectuais, tanto de direita como de esquerda, que comentaram a obra de Freyre e a incluíram de forma direta ou indireta nas discussões que vivenciavam sobre esse tema. Nesse sentido, é interessante observar como o horizonte de expectativa que acolhe um autor ou um conjunto de ideias determina e recorta os aspectos de uma obra que adquirem maior ou menor importância em um dado período. O interesse deste artigo foi ampliar o alcance da recepção da obra de Freyre, na medida em que foi apropriada por intelectuais e instituições francesas para pensarem a situação colonial na África.

A discussão mais específica sobre a democracia racial, refutada com os resultados do Projeto de Relações Raciais promovido pela Unesco no início dos anos de 1950, os quais demonstravam a existência do racismo no caso brasileiro, teve mais impacto no Brasil do que propriamente na França. Até o final dos anos de 1950, a rede de sociabilidade intelectual e a popularidade da obra de Freyre gozavam espaço no cenário político

francês, fato que não se repetiu nos anos de 1960, quando as estruturas de sustentação do colonialismo reformista sucumbiram diante dos “ventos da descolonização” nos territórios africanos.

No caso do período abordado neste artigo, *Casa grande & senzala* aparecia na França, por meio de seus principais comentadores, como uma voz do hemisfério austral que se insurgia contra o preconceito racial, sem, no entanto, ser anticolonial. É nesse sentido que é possível a obra se “encaixar” no horizonte de expectativa francês atendendo a diferentes nichos de leitores desse país: agradava aos críticos do etnocentrismo, porque considerava o africano e o índio como cocolonizadores do Brasil; agradava aos que defendiam um discurso antirracista e culturalista no pós-guerra, porque se sustentava nas ideias de Franz Boas, que descartavam os determinismos biológicos; agradava aos que defendiam a assimilação da cultura *indigène*, porque mostrava um cenário de relações sincréticas; agradava aos que defendiam a soberania do Império Francês na África, porque o livro, em vários trechos, exalta o “exemplo” do colonizador português – e, portanto, europeu – nos trópicos.

Certamente, essas considerações não esgotam o horizonte de expectativa francês no momento do lançamento de *Casa grande & senzala*, pois outros fatores, como o interesse pelo Nordeste exótico, o florescimento do interesse pela cultura latino-americana na França e as abordagens da escrita histórica de Freyre, em muito semelhante à da escola dos *Annales*, também entraram na conta da recepção de suas ideias. O agenciamento dos seus escritos em meio à discussão sobre o colonialismo, no entanto, parece ser um elemento diferenciado na apreciação da sua obra na Europa, em especial na França, onde a circulação dos seus textos esteve menos vinculada aos círculos oficiais que em Portugal.

Notas

- 1 Em todas as ocorrências subsequentes, quando não houver referência de tradução, significa que se trata de uma tradução livre.
- 2 Carta de Roger Bastide a Gilberto Freyre, 7/9/1953.
- 3 No caso francês, *indigène* significava o nativo não assimilado.

- 4 Em minha tese de doutorado podem ser encontrados maiores detalhes sobre a recepção à obra de Freyre na França e sua relação com Gurvitch. Ver também a tese de Simone Meucci (2006).
- 5 O texto de Edgar Morin, sem título, aparece no final da publicação como uma nota referente ao artigo de Jean Duvignaud (1957, p. 32).
- 6 O Acto Colonial foi instituído por decreto, em 1930, para formalizar a dominação portuguesa nos territórios ultramarinos.
- 7 Organismo criado, em 1938, no âmbito do projeto colonial francês para o estudo das culturas africanas.
- 8 O texto estava disponível em formato html no site da Fundação Gilberto Freyre sem numeração de página.
- 9 Esse elemento parece ter sido ignorado pelos comentadores franceses naquele período, no qual a Guerra da Argélia estava prestes a eclodir.

Bibliografia

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (1985), “Geopolítica da mestiçagem”. *Novos Estudos Cebrap*, 11: 43-63.
- BARBOSA, Cibele. (2011), *Le Brésil entre le mythe et l'idéal: la réception de l'œuvre de Gilberto Freyre en France dans l'après-guerre*. Paris, tese de doutorado, Université Sorbonne – Paris IV.
- BARTHES, Roland. (1953), “Maîtres et esclaves”. *Les Lettres Nouvelles*, 1: 107-108.
- BASTIDE, Roger. (1957), *Brésil, terre des contrastes*. Paris, Hachette.
- BLUCHE, François. (1969), *Le despotisme éclairé*. Paris, Fayard.
- BOURDIEU, Pierre. (2002), “Les conditions sociales de la circulation internationale des idées”. *Cahiers de l'Histoire des Littératures Romaines*, 14 (1-2): 1-10.
- BRAUSCH, G. E. J. B. (1957), “Pluralisme ethnique et culturel au Congo Belge”, in Institut International des Civilisations Différentes (Incidi), *Pluralisme ethnique et culturel dans les sociétés intertropicales: compte-rendu de la XXème session tenue à Lisbonne les 15, 16, 17 et 18 avril 1957*. Bruxelas, Incidi, pp. 243-267.
- CANTRIL, Hadley. (1950), *Tensions that cause wars*. Urbana, University of Illinois Press.

- CASTELO, Claudia. (2011), "Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre". *Blogue de História Lusófona*, VI. Disponível em http://www2.iict.pt/archive/doc/bHL_Ano_VI_16_Claudia_Castelo__Uma_incursao_no_lusotropicalismo.pdf, consultado em 10/6/2016.
- CASTRO, Josué de. (2004), "Apresentação", in A. Ramos, *A mestiçagem no Brasil*, trad. Waldir Freitas Oliveira, Maceió, Edufal.
- CHAIX-RUY, Jules. (1960), *Psychologie sociale et sociométrie*. Paris, Armand Colin.
- DÁVILA, Jerry. (2010), "Entre dois mundos: Gilberto Freyre, a ONU e o *apartheid* sul-africano". *História Social: Revista dos Pós-graduandos em História da Unicamp*, 19: 135-150.
- DELANNOI, Gil. (1984), "Arguments, 1956-1962, ou la parenthèse de l'ouverture". *Revue Française de Science Politique*, 34 (1): 127-145.
- DUBREIL, Laurent. (2011), "L'impossible généalogie du métissage", in A. Berger e E. Varikas (orgs.), *Genre et postcolonialismes: dialogues transcontinentaux*, Paris, Éditions Archives Continentaux.
- DUVIGNAUD, Jean. (1957), "Encore Gilberto Freyre". *Arguments*, 1 (2): 31-32.
- DUVIGNAUD, Jean. (1992), "Préface", in G. Freyre, *Terres du Sucre*. Trad. Jean Orechionni, Paris, Quai Voltaire.
- DUVIGNAUD, Jean. (2000), "A-t-on découvert le Brésil? La sociologie française et l'école de São Paulo dans les années 50". *Cahiers des Amériques Latines*, 34, Paris, IHEAL/Éditions CNRS.
- ENDERS, Armelle. (1997), "Le lusotropicalisme, théorie d'exportation: Gilberto Freyre en son pays". *Lusotopie. Lusotropicalisme: idéologies coloniales et identités nationales dans les mondes lusophones*. Paris, Kartala, 201-210.
- FANON, Frantz. (1952), *Peu Noire, Masques Blancs*. Paris, Seuil.
- FANON, Frantz. (1961), *Les damnés de la terre*. Paris, F. Maspero.
- FELE, Buanga. (1955), "Qu'est-ce que le Luso-tropicalisme?", *Présence Africaine*, 9 (5): 27-29.
- FEBVRE, Lucien. (1929), "Un champ privilégié d'études: l'Amérique du Sud". *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, 2: 258-279.
- FEBVRE, Lucien. (1940), "André Siegfried, autour de la route de Suez", *Annales d'Histoire Sociale*, 2: 173.
- FEBVRE, Lucien. (1952), "Preface", in G. Freyre, *Maîtres et esclaves: la formation de la société brésilienne*. Trad. Roger Bastide. Paris, Gallimard.
- FREYRE, Gilberto. (1945), *Brazil: an interpretation*. New York, Knopf.
- FREYRE, Gilberto. (1952), *Maîtres et esclaves: la formation de la société brésilienne*. Trad. Roger Bastide, prefácio de Lucien Febvre. Paris, Gallimard.
- FREYRE, Gilberto. (1953), *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- FREYRE, Gilberto. (1957a), *Annexe au rapport général sur le pluralisme ethnique et culturel dans les sociétés intertropicales*. Lisboa, Institut International des Civilisations Différentes, 1957.
- FREYRE, Gilberto. (1957b), *Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios*. 2 ed. Rio de Janeiro, José Olympio.
- FREYRE, Gilberto. (1958), "A solução federalista". *O Cruzeiro*, 25 de jan.
- FREYRE, Gilberto. (1966), "Interação eutropical: aspectos de alguns dos seus vários processos, inclusive o lusotropical". *Journal of Inter-American Studies*, 8: 1-10.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. (2007), "O Projeto Unesco na Bahia", in C. Pereira e L. Sansone (orgs.), *Projeto Unesco no Brasil: textos críticos*, Salvador, Edufba.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. (2001), "Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito". *Novos Estudos Cebrap*, 61: 147-162.
- HANKE, Lewis. (1939), *Gilberto Freyre: vida y obra*. Nova York, Instituto de las Espanas en los Estados Unidos.
- ISER, Wolfgang. (1999), *O ato de leitura: uma teoria do efeito estético*. São Paulo, Editora 34, vol. 2.
- JAUSS, Hans Robert. (1994), *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo, Ática.
- LEMAIRE, Ria. (2006), "Amores Inteligentes", in A. Dimas, J. Leenhardt e S. Pesavento (orgs.), *Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre história e ficção*. Porto Alegre, UFRGS/USP.
- LEIRIS, Michel. (1951), *Race et civilisation: la question raciale devant la science moderne*. Paris, Unesco.

- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1949), *Les structures élémentaires de la parenté*. Paris, PUF.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1952), *Race et histoire*. Paris, Unesco.
- LÉVY-BRUHL, Lucien. (1949), *Carnets*. Prefácio Maurice Leenhardt. Paris, PUF.
- LIAUZU, Claude. (2007), *La société française face au racisme*. Paris, Colin.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. (2015), “Teoria pós-colonial e pensamento brasileiro na obra de Guerreiro Ramos: o pensamento sociológico (1953-1955)”. *Cadernos CRH*, 28 (73): 27-45. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01039792015000100027&lng=en&nrm=iso, consultado em 21/6/2016.
- MAIO, Marcos Chor. (1997), “Uma polêmica esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das relações raciais”. *Dados*, 40 (1). Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00112581997000100006&lng=en&nrm=iso, consultado em 1/2/2016.
- MAIO, Marcos Chor. (1999), “Tempo controverso: Gilberto Freyre e o Projeto Unesco”. *Tempo Social*, 1 (11). Disponível em <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12296>, consultado em 10/6/2016.
- MARGARIDO, Alfredo. (1974), “Franz Fanon. Peau Noire, Masques Blancs”. *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*, 29 (2): 297-302.
- MAUREL, Chloé. (2010), *Histoire de l’Unesco: les trente premières années 1945-1974*. Paris, L’Harmattan.
- M’BOKOLO, Elikia. (1985), *L’Afrique au XXe siècle: le continent convoité*. Paris, Seuil.
- M’BOKOLO, Elikia. (2011), *África negra: história e civilizações*. Trad. Manuel Resende. Salvador/São Paulo, Edufba/Casa das Áfricas, tomo II.
- MEUCCI, Simone. (2006), *Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil: da sistematização à constituição do campo científico*. Campinas, tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- PALIGOT, Carole. (2009), “Les Annales de Lucien Febvre à Fernand Braudel: entre épopée coloniale et opposition Orient/Occident”. *French Historical Studies*, 32 (1): 121-144.
- PIEL, Jean. (1953), “Genèse et contrastes du Brésil”. *Critique*, 71: 357-367.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. (1956), “À propos de Gilberto Freyre”. *Arguments*. 1 (1): 22-25.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. (1955), *Patologia social do branco brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora Jornal do Commercio.
- RAMOS, Arthur. (1943), “Manifesto dos intelectuais brasileiros contra o preconceito racial”, in Arthur Ramos, *Guerra e relações de raça*, Rio de Janeiro, Perfecta.
- RAMOS, Arthur. (1952), *Le métissage au Brésil*. Trad. M. L. Modiano. Paris, Hermann.
- ROUSSEAU, André. (1953), “Maîtres et esclaves”. *Le Figaro Littéraire*.
- SÉGUY, Jean. (1953), “Gilberto Freyre: Maîtres et esclaves”. *Population*, 8 (4): 806.
- SORÁ, GUSTAVO. (1998), “A construção sociológica de uma posição regionalista: reflexões sobre a edição e recepção de *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13 (36). Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000100008, consultado em 18/11/2016.
- TANNENBAUM, Frank. (1946), *Slave & citizen: the negro in the Americas*. Nova York, Alfred Knopf.

**CASA GRANDE & SENZALA,
A QUESTÃO RACIAL
E O “COLONIALISMO
ESCLARECIDO” NA FRANÇA
DO PÓS-SEGUNDA GUERRA
MUNDIAL**

Cibele Barbosa

Palavras-chave: Gilberto Freyre; Lusotropicalismo; Colonialismo; Guerreiro Ramos; Lucien Febvre.

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre aspectos referentes à recepção da obra do sociólogo Gilberto Freyre na França, durante o Pós-Segunda Guerra Mundial, período em que a obra *Casa grande & senzala* foi traduzida e figurou nas resenhas de intelectuais eminentes da cena francesa. Buscou-se observar como um trabalho sobre o Brasil escrito no início dos anos de 1930, publicado e reinterpretado vinte anos depois, interagiu com as discussões políticas sobre raça e colonialismo entre o final da Segunda Guerra Mundial e a Guerra da Argélia.

**CASA GRANDE & SENZALA (THE
MASTERS AND THE SLAVES),
THE RACE QUESTION AND
“ENLIGHTENED COLONIALISM”
IN POST-SECOND WORLD WAR
FRANCE**

Cibele Barbosa

Keywords: Gilberto Freyre; Lusotropicalism; Colonialism; Guerreiro Ramos; Lucien Febvre.

The present article aims to reflect on aspects regarding the reception to sociologist Gilberto Freyre's work in France after the Second World War, when the book *The masters and the slaves* was translated and figured in reviews of eminent French intellectuals. The aim was to observe how a work about Brazil, written in the beginning of the 1930s, published and reinterpreted twenty years after, interacted with political discussions on race and colonialism between the end of the Second World War and the Algerian War.

**MAÎTRES ET ESCLAVES, LA
QUESTION RACIALE ET LE «
COLONIALISME ÉCLAIRÉ »
DANS LA FRANCE DE L'APRÈS-
GUERRE**

Cibele Barbosa

Mots-clés: Gilberto Freyre; Lusotropicalisme; Colonialisme; Guerreiro Ramos; Lucien Febvre.

Cet article propose une réflexion sur les différents aspects de la réception de l'œuvre du sociologue Gilberto Freyre en France, pendant l'Après-Guerre, période à laquelle le livre *Maîtres et esclaves* a été traduit et est apparu dans les comptes-rendus d'éminents intellectuels de la scène française. Nous avons tenté de comprendre comment un travail sur le Brésil écrit au début des années 1930, publié et réinterprété vingt ans plus tard, a interagit avec des discussions politiques relatives à la race et au colonialisme entre la fin de la Seconde Guerre Mondiale et la Guerre d'Algérie.